

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 129.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 1.º de Setembro de 1972 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — António Costa — Nelson Buffara — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Álvaro Dias — António Belinati — António Lopes Júnior — António Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Mansur — Jorge Sato — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ivo Tomazoni — Aguinaldo Pereira Lima — Emilio Carazzai — Paulo Poli — Fabiano Braga Côrtes — João Fadel — Lázaro Dumont e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 58/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 47/71, de autoria do Sr. Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto. Mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para o dia 11 do corrente, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 59/72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 130.ª Sessão Ordinária Realizada em 1.º de Setembro de 1972 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — António Costa — Nelson Buffara — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Álvaro Dias — António Belinati — António Lopes Júnior — António Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Mansur — Jorge Sato — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Tomazoni — Aguinaldo Pereira Lima — Emilio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — João Fadel — Lázaro Dumont — Paulo Poli e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 40/72
Senhor Presidente.

Curitiba, 18 de agosto de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, para o equivalente a dois salários mínimos, o valor da pensão especial concedida a Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa tem sua procedência justificada no fato de que, como imperativo indiscutivelmente justo e humano, virá ensejar melhores condições de vida a Dona Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Sarmento, o Grande Herói da Polícia Militar do Estado, que, pela sua bravura e coragem tão sobejamente demonstradas em históricos episódios, foi declarado através de Decreto, o Patrono da Corporação.

A necessidade de reajustamento do valor da pensão em questão, foi constatada em requerimento formulado pela interessada, no qual ficou evidenciado e comprovado o fato de que a respectiva beneficiária — pessoa de idade proecta e desprovida de boa saúde — não possui qualquer outro rendimento,

c qual veio ensejar pronunciamentos favoráveis dos órgãos competentes da Administração.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º O valor da pensão mensal concedida a Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Cel. Joaquim Antonio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná, fica elevado para o equivalente a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 101/72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

Requer seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje, o anexo discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Roland Zimmermann, Digníssimo Cônsul da República Federal da Alemanha no Paraná, no dia 23 de agosto, no Graciosa Country Club, quando em jantar oferecido por elevado número de amigos, em sua homenagem e despedida, com o qual sua Excia. agradeceu na oportunidade a comunicação e entrega simbólica do título de Cidadão Honorário do Paraná, cujo Projeto de minha autoria tramita nesta Assembléia Legislativa, com a unanimidade de assinaturas dos Senhores Deputados, numa especial deferência, consideração e reconhecimento ao trabalho que aqui no Paraná foi prestado pelo ilustre diplomata da amiga nação.

A solenidade compareceu também o ilustre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva que na condição de Secretário da Casa, transmitiu as despedidas dos parlamentares paranaenses em face de sua Excia. não poder aqui ficar até a aprovação do Projeto que lhe outorga a cidadania honorária o que será feito posteriormente.

O presente requerimento tem por objetivo registrar o importante fato nos anais históricos do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1972.

(a) — Igo Losso

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há orados inscritos. Está livre a palavra. (Pausa) Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 5/72, da nova redação ao artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução n.º 19/69, de 15-8-69. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/70, autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 251/70, cria uma Escola Normal, em Maria Helena. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 268/71, declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Professores "Maria Junqueira Schmidt", com sede na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 292/71, Mensagem n.º 49/71, encaminhando anteprojeto de lei que institui, a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 60/72, assegura benefícios que especifica, aos dependentes do servidor policial civil ou militar do Estado, quando falecido em consequência de agressão sofrida no desempenho de função policial ou de segurança. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 71/72, concede título de "Cidadã Benemerita do Paraná", à Senhora Dalila de Castro Lacerda. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 73/72, estabelece prazo de quarenta e cinco dias às Câmaras Municipais, na apreciação de Projetos de Lei oriundos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 118/72, Mensagem n.º 32/72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça e como integrantes da carreira do Ministério Público, três cargos de Procurador da Justiça. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 4/72, dispoondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), com o Município de Curitiba e outros, da constituição de uma Sociedade de Economia Mista com finalidade de explorar centrais de abastecimentos como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/72, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/69, de autoria do Dep. Abrahão Miguel, declara de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 311/70, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/71, de autoria dos Deputados João Mansur e Borsari Neto, acresce ao artigo 140 da Lei n.º 6.174, o inciso que especifica. Pareceres favorável da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 287/71, de autoria do Dep. Maurício Fruct. autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal à viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da P.M.E., falecido no cumprimento do dever. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/72, de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública, a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34/72, de autoria do Dep. Borsari Netto, declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rancho Alegre. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/72, Mensagem n.º 29/72, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para despesas com constituição do Fundo de Recuperação do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 147/72 — aprova os termos do Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um Posto Rural de revenda de Produtos Agropecuários à Agricultores e Criadores do Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/72

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos do Convênio celebrado em 14 de janeiro de 1972, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultura e criadores do Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-8-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente
Emílio Carazzai — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 147/72

SUMULA: Mensagem Governamental n.º 35/72, submetendo à apreciação desta Assembleia Legislativa, os termos do Convênio celebrado em 14 de janeiro de 1972, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município.

PARECER

A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 35/72, submetendo à apreciação desta Assembleia Legislativa, os termos do Convênio celebrado em 14 de janeiro de 1972, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município.

Referido Convênio estabeleceu-se nos termos do art. 47, item IX, da Constituição Estadual e a competência revisora do Legislativo emana do art. 22 item VII, do mesmo Estatuto.

Com justificativa convincente expresso no próprio texto do tratado é o mesmo de grande interesse para ambos os convenientes.

Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a matéria é escoreita.

Opino pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16-8-72

aa) — Armando Queiroz — Presidente
Emílio Carazzai — Relator
Borsari Netto
Cândido M. de Oliveira
Ovidio Franzoni
Igo Losso
Paulo Camargo

MENSAGEM N.º 35/72

Curitiba, 28 de julho de 1972

PROPOSIÇÃO N.º 147/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de janeiro de 1972, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

aa) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/ Capital

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/72

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL, PARA A INSTALAÇÃO DE POSTO RURAL DE REVENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.

Aos quatorze (14) dias do mês de janeiro de 1972, no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, presente de um lado, o Dr. Roulien Basaglia, titular da Pasta e do outro o Sr. Hermínio Vinholi, Prefeito Municipal de Jandaia do Sul, deste Estado, devidamente autorizado a celebrar o presente convênio pela Lei Municipal n.º 727/71, de 13-10-71, doravante denominados respectivamente, Secretaria e Prefeitura, resolveram celebrar esse Convênio, perante as Testemunhas instrumentárias de praxe, para instalação naquele Município, de um Posto de Revenda de produtos agropecuários, na forma que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto do Convênio

O objeto deste Convênio é a instalação, no Município de Jandaia do Sul, de um Posto Rural de Revenda de produtos agropecuários à agricultores e criadores do município.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações dos Convenientes

As obrigações dos convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em:

I — da Secretaria:

a) — Instalar um Posto de Revenda de Produtos agropecuários à agricultores e criadores do Município de Jandaia do Sul;
b) — Tomar as providências cabíveis de renovação de estoque dos produtos agropecuários, de tal maneira que possa atender a demanda natural.

II — Da Prefeitura:

a) — Fornecer imóvel destinado a instalação e funcionamento do Posto Rural de Revenda de produtos agropecuários a agricultores e criadores do município;
b) — No caso de locar o imóvel, pagar a locação com recursos próprios;
c) — Efetuar ampliações ou adaptação no imóvel cedido, a medida que o serviço do Posto for exigido, pelo seu crescimento futuro;
d) — Fazer doação de um conservador comercial (geladeira), para a manutenção de vacinas e outros produtos que exijam câmaras frigoríficas;
e) — Ceder funcionário para responder pela chefia do Posto Rural de Revenda, sem ônus para a Secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Prazo e Vigência

O prazo de duração do presente convênio é de 5 (cinco) anos podendo ser renovado por igual período, se 30 (trinta) dias antes de seu término, não houver manifestações em contrário de qualquer dos convenientes.

Sua vigência, entretanto terá início a partir da publicação respectivamente no Diário Oficial do Estado e Órgão Oficial da Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA

Do Aditamento e da Rescisão

Este convênio, durante sua vigência, poderá ser alterado mediante termos aditivos.

De igual, a qualquer tempo poderá ser rescindido, desde que previamente, com antecedência de 60 (sessenta) dias, seja denunciada a cláusula inadimplida.

Para firmeza e validade do que se estipulou, assinamos perante duas Testemunhas instrumentárias, em quatro vias de igual teor.

Roulien Basaglia — Secretário da Agricultura

Hermínio Vinholi — Prefeito Municipal de Jandaia do Sul

1a. Testemunha

2a. Testemunha

Confere com o original

Em 28-7-1972

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 86/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1970

aa) — Deputado David Federmann

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio Municipal de Carambei, vem atendendo aos ginásios do Município de Castro, porém o número deles vem crescendo gradativamente, o que ocasiona uma quase total impossibilidade do Poder Municipal em prestar as condições necessárias ao funcionamento de curso do ensino médio. Para o próprio bem do ensino em nosso Estado é que vimos propor o presente plano de Lei, e para o qual esperamos a acolhida de nossos Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 86/70

PARECER

1.) O projeto, de autoria do Nobre Deputado David Federmann, objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

2.) As razões invocadas pelo Autor, constantes da justificativa que acompanha o Projeto, nos convencem plenamente, daí porque nos manifestamos favoráveis à sua aprovação.

3.) É o parecer.

Sala das Comissões, em 3-9-70

aa) — Emílio Carazzai — Presidente

Alencar Furtado — Relator

Roberto Galvani

Paulo Poli

Luiz R. Malucelli

Ivo Thomazoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 86/70

AUTOR: Deputado David Federmann

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a atualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

PARECER

O presente plano de Lei, já recebeu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, portanto somos pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente
Francisco Escorsin — Relator
Santos Lima
Álvaro Dias
Arizone Araújo

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 86/70

PARECER

1.) Através do presente projeto de lei pretende o nobre Deputado David Federmann autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

2.) Sobre a matéria opinaram as doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Instrução Pública, concluindo pela sua aprovação.

3.) Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que nosso parecer é, também, pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

aa) — Fuad Nachi — Presidente
Antônio Belinati — Relator
Odilon Reinhardt
Antonio Lopes Júnior
João Fadel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216/70, de autoria do Dep. Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telêmaco Borba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
PROJETO DE LEI N. 216-70

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Telêmaco Borba, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1970.

a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Além da sua população ordeira e laboriosa, sua juventude ansiosa de estudos e aprimoramento cultural Telêmaco Borba arrecada cerca de 10 milhões de cruzeiros anuais para os cofres estaduais. Somente isso basta para justificar e tornar legítima a reivindicação do povo de Telêmaco Borba para que lá se instale uma Escola Técnica de Comércio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 216-70

AUTOR: Deputado Fabiano B. Côrtes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola de Comércio em Telêmaco Borba.

PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vêm sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até os que não podem chegar a escola, indo ela, até a eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo focalizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do

Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá como este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de credm geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado."

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura";

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza — Acyr José — Muggiati Filho — Golberto Carvalho — Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 216-70

I — O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano, em Telêmaco Borba.

II — A justificativa nos converce da necessidade da medida pleiteada, e quanto ao aspecto financeiro, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nachi — Relator

Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 216-70

1) — O Projeto, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, autoriza o Poder Executivo, a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telêmaco Borba.

2) — A iniciativa, além de legítima, colabora estreitamente, com a política educacional do Governo do Estado.

3) — O objetivo do projeto é oportuno e legítimo. O seu aspecto legal e constitucional já foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer favorável do seu relator.

4) — O nosso parecer, portanto, é pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em...

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Álvaro Dias — Relator

Cândido Martins de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 101-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando que seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Sr. Dr. Roland Zimmermann, Consul da República Federal da Alemanha no Paraná, no dia 23 de agosto. — Aprovado. — (O discurso a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para próximo dia 11, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 240-69, 311-70, 189-71, 287-71, 19-72, 34-72 e 112-72.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 25-72 e dos Projetos de Lei ns. 86-70 e 216-70.

1a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 238-70, 110-71, 207-71 e 47-72. Levanta-se a Sessão.

**MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A
REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IGO LOSSO, NA SESSÃO
DE 1.º DE SETEMBRO DE 1.972**

"Em vésperas de despedir-me desta hospitaleira terra paranaense, da qual levarei profundas saudades, nada poderia emocionar-me mais do que a notícia que acabo de receber do Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Igo Lossó sobre a honrosa homenagem que a egrégia Assembléia Legislativa do Paraná vai prestar-me. Tão bem me sinto no convívio paranaense, que realmente encontro-me aqui integrado, valendo pois a honra que me é conferida como a legalização de um estado de fato. Emocionado agradeço a homenagem que tanto me orgulha.

Aliás, como é de perfeito conhecimento de Vossas Excelências e aqui somente relembro, vem de longe o entrosamento humano e cultural de nós alemães em terras paranaenses. Hans Staden, meu patrício, foi um dos primeiros europeus a visitar o belíssimo litoral paranaense e descreve-o com expressões alvareiras na sua monumental obra "WAHRHAFTIGE HISTORIA", primeira descrição alemã desta maravilhosa terra.

Mais profundos ainda, os laços humanos recíprocos decorrentes do convívio do Primeiro Imperador Brasileiro, que neste Sesquicentário da Independência tanto prestigiamos, com a esclarecida e bondosa Imperatriz Dona Leopoldina de Habsburg, de saudosa memória, de formação familiar e intelectual genuinamente germânica.

Motiva ela o melhor conhecimento da terra e povo do Brasil.

O litoral e planalto paranaense foram também visitados pelos escritores e naturalistas Von Koseritz, Von Martius e Von Spix, que levaram suas conclusões a conhecimento da Europa, que tão pouco sabia e sabe das terras do Brasil.

A simpatia imperial brasileira, incentivada pela imperatriz austríaca, val transmitir-se nos sentimentos de seu filho, o íntegro e austero D. Pedro II, que francamente germanófilo, continua a prestigiar a imigração de alemães de todas as profissões, classes sociais e religiões, iniciada no Primeiro Império.

Vem de longe a chegada de emigrantes alemães às plagas paranaenses. Fixados nos campos de várzea do Rio Negro, os primeiros aqui chegaram ainda no Primeiro Império, e seus descendentes hoje perfeitamente integrados na sociedade paranaense, ocupam os mais altos cargos e funções, graças — como o sabem melhor Vossas Excelências — à longa e duradoura relação de real amizade que liga nossos povos.

E como bem é sabido, continua sempre o fluxo migratório de alemães que aqui chegam e se radicam, bem recebidos sempre e aqui encontrando um lar acolhedor. De tantos que aqui ultimamente aportaram, refiro-me somente aos suábios refugiados de guerra fixados nos campos de Guarapuava e que lá tão bem se sentem e se integram, contribuindo com seu trabalho e vida para o desenvolvimento sempre constante e nunca interrompido deste progressista Paraná. Atualmente alemães e seus descendentes estão presentes em todos os municípios e rincões e muitos estão indissolivelmente ligados já à História do passado deste Estado.

Não somente no setor humano de migração estamos fortemente conjugados, mas também no plano científico e econômico. Não vou referir-me às muitas formas de associação e de trabalhos conjuntos ou vinculados, na esfera universitária e de pesquisa; referirei-me somente a um projeto especial que patrocinei e que frutificou: o Acordo bi-lateral das Faculdades de Florestas do Paraná em Curitiba e de Freiburg na Alemanha, realização da qual muito me envidado e que tanto promete reciprocamente.

Já 9 instrutores alemães estão aqui trazendo os seus conhecimentos especializados, e espero que em breve outros tantos ou mais brasileiros em Freiburg demonstrem o fruto de suas experiências. Considero o setor de florestas um dos campos mais atuais e gratos para um contato científico recíproco, com benefício real e duradouro para ambas as partes.

No plano emotivo, quando deixei Santiago do Chile em idos de 1962, acreditei sinceramente que em nenhum outro lugar me daria melhor. Lamentei profundamente a partida de um país então deveras acolhedor, ordeiro e simpático. Enganei-me; os sentimentos de afeto que tenho pelo Paraná são muito mais profundos e duradouros. Por mais que sempre me lembre do Chile, um período de vida tranquila e agradável, as melhores recordações levarei daqui.

Mas, não quero alongar-me em demasia. Viajarei em breve, de coração partido, deixando amizades que jamais olvidarei e que sempre lembrarão esta terra generosa e seu povo acolhedor.

Despeço-me de Vossas Excelências, com uma curta expressão que tudo diz e revela: Muito obrigado, e aceitem meus reconhecidos agradecimentos!"

ATAS DAS COMISSÕES:

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA
2.ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª. LEGISLATURA**

Aos quinze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Arizone M. Araújo e Cândido M. Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 170-71 — de autoria do senhor deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do município de São Jorge do Ivaí, um curso colegial, para funcionar no ano letivo de 1972. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 33-72 — De autoria do senhor deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no município de Telêmaco Borba. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 251-71 — De autoria do senhor deputado Quíelise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para funcionamento do ginásio de Adrianópolis e dá outras providências. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 270-71 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que denomina "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco" o atual ginásio estadual de Guairacá. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 282-71 — De autoria do senhor deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo denominar Acyr Hafez José, um dos grupos escolares desta

Capital. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 134-71 — De autoria do senhor deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo, criar um ginásio estadual no lugar denominado "Vila Casone", na zona nordeste da cidade de Londrina. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 37-72 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que denomina "Grupo Escolar João Mattar", o atual grupo escolar noturno dr. Generoso Marques, da cidade de Cambaú. Relator: Deputado Cândido M. Oliveira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 248-71 — De autoria do senhor deputado Acyr José, que autoriza o Poder Executivo, denominar "Dom Manuel da Silveira D'Elboux", um estabelecimento de ensino primário desta Capital. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 183-71 — De autoria do senhor deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo, criar uma escola profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital, e dá outras providências. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**7.ª. LEGISLATURA — 2.ª. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.ª. REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou relação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 160-70 — autor deputado Roberto Wipych, que declara de interesse turístico os municípios que especifica. PROJETO DE LEI N. 185-70 — autor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 201-71 — autor deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Rolândia. PROJETO DE LEI N. 213-71 — autor deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública a Associação Cristã, de Moços, desta Capital. PROJETO DE LEI N. 290-71 — autor deputado Quíelise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar a Prefeitura Municipal de Astorga, a motoniveladora marca ADAMS, com características que especifica. PROJETO DE LEI N. 266-71 — autor deputado Antônio Belinati, que declara de utilidade pública a Associação de Colaboradores da Escola para Surdos — EPHETA — com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 59-72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 49-71, Ofício n. 66-72, cria o Fundo de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 84-72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 24-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança em empréstimos contraiados ou que venham a ser contraiados pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. PROJETO DE LEI N. 85-72 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 25-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Paraná — FAE-PR, e dá outras providências. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 22-72 — autor Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 103-72, que aprova em todos os seus termos o convênio celebrado a 9-12-71, entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, conforme disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente
Lélío Guimarães Sotomaior — Secretário

Redação Final do Projeto de Lei n. 160-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — São declarados de interesse turístico os Municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Lapa, Colombo e Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 185-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Distrito de Santa Bárbara, no Município de Santa Cecília do Pavão, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente lei correrão através da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 201-71

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 213-71

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Cristã de Moços de Curitiba, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 266-71

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Colaboradores da Escola para Surdos "EPHETA", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 290-71

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora marca ADAMS, modelo 610, série 3351, chassis n. UDC-8764, motor n. UDCM-8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 59-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Governo do Estado, dada a sua função social e precípua de promover o desenvolvimento de áreas rurais, estagnárias, em exploração nacional, adotará a implantação e reformulação de núcleos produtores que atuarão como polos de influência técnica na exploração agropecuária.

Parágrafo único — A implantação e reformulação de que trata este artigo, deverão integrar, por programas, de diversos projetos agropecuários, aos de implantação de infra-estrutura econômica e sociais dentro da mais completa harmonia.

Art. 2.º — Para dotar o Estado do Paraná de recursos necessários à implantação de Programas e Projetos integrados, fica criado o Fundo de Desenvolvimento Rural.

Art. 3.º — A receita do Fundo de Desenvolvimento Rural é constituída de:

I — 80 por cento do produto da venda de terras devolutas do Estado do Paraná;

II — Verbas que vierem a ser consignadas em orçamento estadual ao Fundo;

III — Verbas que vierem a ser consignadas em orçamentos Federal e Municipal ao Fundo.

Art. 4.º — O Fundo será administrado pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, nos termos e condições que forem fixados em decreto do Poder Executivo.

Art. 5.º — Os recursos do Fundo, observados os critérios estabelecidos no artigo 1.º desta Lei, serão destinados a atender aos projetos específicos, previamente aprovados, incumbindo o controle de sua execução à administradora do Fundo.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 84-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar, até o máximo de 9.681.000 (nove milhões seiscentos e oitenta e um mil) UPC, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 617.744.610,00 (seiscentos e dezessete milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dez cruzeiros), destinados à

execução de obras de sistema de abastecimento de água e de esgoto em municípios do Estado, e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A., ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrado com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Paraná — FAE-PR, até o máximo de 20% (vinte por cento) do montante previsto no artigo primeiro, bem como, a garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n. 85-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, constituído em convenio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, na conformidade com o que preceitua o Decreto Lei Federal de n. 949, de 13 de outubro de 1.969.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este artigo serão constituídos por:

I — dotações concedidas no orçamento anual ou através de créditos suplementares ou especiais;

II — recursos provenientes de operações de crédito de que o Governo do Estado seja mutuário, desde que as obrigações financeiras decorrentes não onerem o FAE-PR;

III — retornos das aplicações do Fundo, bem como com os resultados obtidos;

IV — outros recursos de qualquer origem, que lhe forem destinados, desde que não onerem o FAE-PR.

Art. 2.º — Consideram-se como integralizados pelo Estado os valores aplicados à conta do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos — FAE-PR a partir de 15.09.69, devendo seus resultados financeiros serem incorporados ao citado Fundo.

Parágrafo único — O FAE-PR, terá individuação contábil e Gestão Autônoma.

Art. 3.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante Decreto, a Gestão do FAE-PR, bem como a designar o respectivo Órgão Gestor.

Art. 4.º — Os recursos consignados no orçamento estadual a conta do Fundo de Água e Esgotos — FAE, criado pela Lei n. 4.684, de 23.01.63, relativo ao corrente exercício, são transferidos ao FAE-PR e a ele se incorporarão para todos os fins do que dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 1.º da presente Lei, ficando excluídos os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar como Taxa de Administração constante da dotação 72. 7.7.61-08-0 Código 1.2.01.

Art. 5.º — Fica extinto o Fundo de Água e Esgotos FAE, criado pela Lei n. 4.684, de 23 de janeiro de 1963 devendo seus direitos e obrigações com exceção do que tratam os artigos 2.º e 4.º, serem transferidos para todos os efeitos e fins à Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar, podendo o Patrimônio Líquido do FAE, ser incorporado à Sanepar e/ou destinado para integralização do FAE-PR, na conformidade do que dispõe o inciso IV do parágrafo único do artigo 1.º da presente Lei.

Art. 6.º — A Sanepar poderá suspender o abastecimento de água do imóvel, independentemente de nova notificação, quando a conta não for paga até a data de seu vencimento, bem como em outros casos previstos em regulamento.

Art. 7.º — As contas da Sanepar serão emitidas para cada ligação às redes de água e de esgotos sanitários, independente do número de economias atendidas.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 10 e 11, da Lei n. 4.684, de 23 de janeiro de 1.963.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

Redação Final do Projeto de Resolução n. 22-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o convenio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito e o Município de Curitiba, em 9 de dezembro de 1.971, de conformidade com o disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Resolução, vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.08.72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASILIO ZANUSO
GABRIEL MANOEL
Relatores

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da Sessão Solene Comemorativa ao Sesquicentenário da Independência do Brasil
Realizada em 1.º de Setembro de 1972
(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes e ainda presentes as seguintes autoridades: Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, Sua Excelência o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Sua Excelência o Sr. Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Infantaria, Sua Excelência o Sr. Comandante da EOEIG, Sua Excelência o Sr. 2.º Secretário desta Assembléia Legislativa.

As 18,50 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Junior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xerofonte Villanueva, achando-se presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares e demais pessoas convidadas.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão Solene comemorativa do SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

Convido os presentes a ouvirem o HINO NACIONAL BRASILEIRO, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado. — (É executado o Hino Nacional Brasileiro).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Dias, para falar em nome do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ALVARO DIAS — Exmo. Sr. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Wilson Fortes, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Exmo. Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Jayme Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba, Exmo. Sr. General Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Infantaria, Exmo. Sr. General Antônio Ferreira Marques, Comandante da 5.ª Brigada de Infantaria Blindada, Exmo. Sr. Brigadeiro do Ar, Nelson Dias de Souza Mendes, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria e Guarda, Demais autoridades civis, militares, presentes, minhas Senhoras, meus Senhores.

(Lendo): — "Horrado com a delegação de meus companheiros de Partido, falo consciente da grande responsabilidade assumida, ao interpretar neste dia festivo, o pensamento da Oposição, do papel histórico na tarefa de construção da Nação brasileira.

Diante do extraordinário colorido cívico-patriótico desta Casa neste dia, lembro-me do grande Ruy Barbosa, que se aqui estivesse, por certo exclamaria: este é um Templo onde a Pátria vem beber alento e vida e também os santos entusiasmos feitos de reverência e de coragem, que nas épocas mais culminantes da nossa História, nos conduziram às grandes conquistas.

Festa maior não há em nenhum País do que a da data de sua independência política e responsabilidade maior não há para nenhum povo do que aliá-la à sua Independência econômica. Eis porque toda Nação está tomada de duplo sentimento: o de respeito e o de responsabilidade e esta solenidade é demonstração da consciência cívica do povo brasileiro, cujo sentido de nacionalidade está alevantado, numa proclamação resoluta de que pretende ser senhor de seu próprio destino e construtor de seu grande futuro.

Toda a Nação respeita e agradece a D. Pedro I, de cuja voz surgiu a palavra decisiva no momento decisivo. Ainda agora, ao receber os seus restos mortais, o País está reverenciando a sua memória, consciente de que em determinado momento, todas as esperanças do povo brasileiro foram depositadas em suas mãos, nas mesmas mãos apontaram para a frente e para o alto, num gesto nobre, a indicar para onde devemos ir.

É ele o herói da Independência. Nós o respeitamos e o reverenciamos mas respeitamos também e também reverenciamos o outro herói não menor, cujo nome não pode ser esquecido e precisa ser proclamado nesta oportunidade o de José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca que é brasileiro, que nasceu nesta terra e que foi o verdadeiro artífice e consolidador da nossa independência.

Se D. Pedro I proclamou o grito que o povo brasileiro iria ouvir, foi certamente o Patriarca quem lhe transmitiu e lhe deu consciência do grito que o povo queria mas não podia gritar.

Não é patriótico, por isso, que por ocasião das comemorações do Sesquicentário da Independência, esqueçamos os heróis anônimos. A terra e o sangue foi argamassa da coragem e heroísmo de muitos. A História não registra o nome de todos os que deram o sangue para que vivamos este momento de festa. Mas ninguém contesta que homem nenhum contrói sozinho a História: O que faz é formalizar o sentimento do povo. Entendemos, em consequência, que cumpre a nós, neste dia de festa, festejar e reverenciar a todo o povo brasileiro, que gritava todo o dia o grito que ainda hoje gritamos: "Independência ou Morte".

Os heróis que hoje reverenciamos cumprir com sua obrigação em determinado momento histórico, auscultando e consolidando os sentimentos da Nação. Deve cada um responder por seu papel no seu momento, porque a História de um País que não se faz em gomos, nem pode ser fracionada. É uma sequência natural, marcada por contradições, mas sempre para a frente. A História não pode ser cheia de percalços, marcada por atropelos, mas é a nossa História, é a nossa vida e somos nós que a fazemos.

Vivemos 150 anos de independência política e muitos outros ainda haveremos de viver. Os homens do passado, que construíram e consolidando nossa independência, nos legaram, mais que uma Nação livre, uma imensa responsabilidade.

Creio que todos temos consciência, uma aguda consciência dessa responsabilidade. E mais que tudo, sinto e sei que a minha geração, a geração que está chegando e assumindo obrigações políticas, sabe do dever que lhe cabe e está pronta e orgulhosa de poder cumprir com seu dever. Somos uma ge-

ração marcada por épocas importantes: nascemos com uma guerra e sob uma ditadura e assumimos obrigações políticas no instante em que a independência econômica do País é perseguida com todas as forças. E atravessaremos o século com todo o poder nas mãos.

Temos consciência e responsabilidade diante do passado, o que torna maior o nosso dever diante do futuro. Mas não queremos um futuro com heróis individuais: Queremos um futuro com todos, com todos e com cada um participando da grande tarefa pela independência econômica, que cumpre alcançar, e ao mesmo tempo partilhando dos seus benefícios.

Um país é efetivamente independente quando conquista a sua independência econômica. Não podemos sequer imaginar um Brasil reduzido à condição de exportador de poupanças, simples fornecedor de matéria prima, paraíso e eldorado para o capital estrangeiro.

Lado a lado, todos nós, civis ou militares, devemos lutar pela nossa emancipação econômica e pelo progresso, prosperidade e desenvolvimento nacional, plasmando nos quartéis, e nas fábricas, nos escritórios e nas faculdades, em todos os lares, a grande nação do futuro.

Nós políticos devemos nos inteirar efetivamente de nossa enorme responsabilidade. A sociedade brasileira muito vai necessitar de todos nós nessa década do desenvolvimento que nos é dado viver. Somos um país em rápido desenvolvimento e também: uma nação de gente otimista, pois mesmo que os benefícios se concentrem nas mãos de uma minoria, grande é o número daqueles para quem se abrem perspectivas e para quem se criam esperanças.

Vemos hoje, se confrontando num diálogo estéril, ufanistas ingenuos e derrotistas sistemáticos. O ufanismo resultante de um esforço para ocultar a realidade nacional e evitar problemas de consciência e o derrotismo perigoso manifestado das mais variadas formas. A minha geração, formada pela época de rápidas transformações e mentalmente orientada para a necessidade de mudanças, constitui o principal fator positivo dentro da complexa situação histórica que vivemos presentemente no Brasil. Esta é uma afirmativa objetiva. É a expressão da minha convicção mais profunda de que a causa básica da crise que tivemos em nosso país está no fato de que o desenvolvimento econômico, provocou transformações significativas em alguns aspectos de nossa sociedade, sem contudo afetar outros de igual importância.

O papel que cabe a essa geração desempenhar na vida brasileira poderá ser compreendida se nos empenharmos numa análise das causas mais profundas do grande desnível econômico e social que predomina ainda em nosso país. A correção desse desnível é nossa grande responsabilidade, para almejarmos com as maravilhosas proporções da nossa vontade, em prodigiosa progressão de intensidade, de coragem e de paciência, a construção da GRANDE NAÇÃO BRASILEIRA, cimentada no passado de tradições imortais, no presente de incertezas terríveis e no futuro de esperanças maravilhosas.

Estou certo de que este é o sentimento de todos nesse instante solene.

Estou convicto de que este é o sentimento do jovem Estado do Paraná: E estou seguro de que este é o sentimento de todo o Brasil, que ainda grita o mesmo grito: "Independência ou Morte". — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, para falar em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Exmo. Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza; Exmo. Sr. Deputado Wilson Fortes, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Dr. Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba; Exmo. Sr. Gal. Ayrton Pereira Tourinho, Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Infantaria; Exmo. Sr. Brigadeiro do Ar, Nelson Dias de Souza Mendes, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria e Guarda; Exmo. Sr. Secretário Quielise Crisóstomo; Srs. Secretários de Estado; Srs. Deputados; Srs. Consúles; Minhas Senhoras, Meus Senhores; Senhores Oficiais do Exército Nacional e da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Em nome da Aliança Renovadora Nacional, vou procurar interpretar o pensamento de nossa Bancada e do nosso Partido.

A Pátria não é apenas a expressão material de espaço geográfico. A Pátria, como seus filhos, é composta de corpo e alma. Corpo, é o Território; alma, é a sua história.

Por isso são de grande valor estas comemorações dos 150 anos de nossa independência.

É impressionante, meus prezados ouvintes, porque neste mesmo instante, em todo o território nacional, nas pequeninas cidades ilhadas no interior brasileiro, nas cidades tentaculares do cimento armado, nas Capitais dos Estados e na Capital da República, os Legislativos, onde o povo brasileiro está representado efetivamente, realizam sessões cívicas comemorativas do sesquicentário da Independência.

É emocionante este instante. É a integração espiritual da Nação; é a voz dos Municípios e dos Estados com os altos sentimentos da Nação; é o encontro do Brasil de nossos sonhos; é o espírito da terra brasileira que se mistura. Neste instante, com os sonhos de Portugal, nos misteriosos rituais das núpcias.

Estamos aqui, meus Senhores e Senhoras, como se estivéssemos em nossa casa, à beira da lareira, no calor aconchegante da família.

A festa é nossa e convidamos até o nosso irmão, que foi nosso pai, para fazer roda conosco e conversarmos sobre 150 anos de mistérios, de lutas, de sacrifícios.

Vamos meditar sobre os 150 anos. Portugal e Brasil com as mesmas tradições vindas desde 1142. As nossas relações se fundamentam no amor. O fado e o samba se misturam na confraternização geral.

Em 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pioneiros da navegação aérea, comemoram o centenário de nossa Independência iniciando os vãos entre Portugal e Brasil.

Em 1972, o Presidente Emílio Médici uniu os sentimentos de dois povos — Portugal e Brasil — criando um Instituto de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, trazendo o corpo de Dom Pedro, que em 1822 desligou os dois países, mas soube conservar o seu amor à Pátria brasileira e a Portugal. Esta, portanto, é a última mensagem de Dom Pedro, que deixou o coração por legado em Portugal e aqui está agora com o seu corpo.

Disse, e disse muito bem o orador do Movimento Democrático Brasileiro, que a história, os fatos históricos não são escritos por um só homem. Na verdade, a independência também não é de um só homem.

Em 1822 foi proclamada a nossa Independência. Mas antes tivemos o sonho de tantos e tantos patriotas. Nos acontecimentos também não há apenas uma data. Muitas anteriores e muitas depois.

Antes de 1822 tivemos 789, 792, como depois tivemos 823, 888, 922, 924, 930 e ultimamente 1964.

Antes do grito, Felício dos Santos, pelo heroísmo, nos deu uma grande nação. O sacrifício de Tiradentes, a decisão do Padre Roma, do Padre Miguelinho, ao lado de Tiradentes. Este o símbolo da nacionalidade, a nossa imagem do Brasil que todos reverenciámos, o sacrifício foi tão grandioso, tão espetacular, que Tiradentes parecia ter, naquele instante, o heroísmo das lendas gregas. Por isso, ele é o "Patrono Cívico" da nacionalidade brasileira. A coragem de Tiradentes uniu-se porém o gênio político e cultural de José Bonifácio de Andrada e Silva.

As comemorações do Sesquicentenário devem ser feitas cuidando-se a História.

Ensinar à Nação para saber de onde viemos, para onde vamos o que fazemos, qual é o nosso destino, é a missão de todos os condutores. Foi esta a missão de Moisés, através do deserto; foi esta a missão de Péricles, na Grécia; esta a missão de Isabel de Castela e Afonso Henrique, fundando a monarquia lusitana. Esta a de Richilieu, unificando a França; esta a de Washington, anunciando a nova nação; a de José Bonifácio de Andrada e Silva, criando a monarquia brasileira.

Silêncio, patrióticos, vamos ouvir a História da Pátria!

Vamos ouvir o barulho do mar que conhece, de tantos e tantos anos, a nossa História, que acompanhou todos os nossos instantes, trazendo as caravelas, trazendo os primeiros colonos, trazendo os padres jesuítas.

Vamos ouvir o marulhu das águas de todos os rios brasileiros.

Vamos sentir, com os olhos do pensamento, as paisagens de nossa Pátria. E vamos fincar nossos ouvidos lá terra brasileira, assim como faziam os indígenas, e ouviremos, então, à semelhança deles, lá longe, no espaço e no tempo, pés que marchavam pela terra nova; pés portugueses, pés índios, de brancos, de pretos e de mestiços; pés de marujos vibrantes que enfunaram as velas nos cinco oceanos, mostrando o mundo à Europa e mostrando o Evangelho ao mundo.

Parece que estamos a ver, no Tejo, em 1500, Cabral, com suas caravelas, dar início àquela viagem misteriosa.

Parece que estamos a vê-los desembarcar na terra desconhecida.

Parece que estamos vendo Frei Henrique de Coimbra celebrando a Primeira Missa. E, naquele instante que erguia o Corpo de Cristo, Sagrado, contrastando a Hóstia branca com o panorama verde; Lá fora, os indígenas, sem compreender, efetivamente, mas, sentindo, no coração, que alguma coisa de estranho estava acontecendo, chegavam-se para perto dos almirantes, dos marujos, puxando-os pelas roupas, apontavam-lhes para o Céu, e punham a mão no coração, como a dizer que estavam compreendendo o mistério daquela hora.

Parece que estamos a ver, ainda hoje, rios vemos, nos céus da Pátria, a cruz de estrelas, o Cruzeiro, como que sendo o próprio nome de Cristo escrito nos céus da pátria brasileira.

Parece que estamos sentindo, vendo e ouvindo o tropel daqueles bravos que subiram as escarpas, que subiram as montanhas, que foram da praia para cima e chegaram ao Planalto de Piratininga, o ponto chave de nossa vida, o ponto de onde Anchieta e outros fizeram toda a atividade política até os fins do Século XVIII. Ali começou a integração nacional, a primeira escola onde os Padres celebravam a missa, ensinavam: a ler e a escrever a nossa língua dormiam e trabalhavam. Ali se deu a integração étnica daracá brasileira, João Ramalho e Bartira, Pedro Dias e Teberê; mais tarde tivemos Felipe Camarão, Henrique Dias e Vidal Negreiros na primeira manifestação da consciência nacional a mostrar e a dizer, desde aquela época, ao mundo inteiro que os brasileiros, que o povo brasileiro não queria ser jamais escravo.

A integração territorial, o horizonte aberto da Pátria brasileira, dos campos, dos rios correndo para o mistério interior, os Bandeirantes avançaram e quebraram o Meridiano das Tordesilhas. Manoel Pedro, Raposo Tavares, Paes Leme, Bartolomeu Bueno, Matias Cardoso, Jorge Velho, Padre Faria e tantos outros fundaram cidades, cidades que caminham para o sertão imenso ou talvez para o futuro, quem sabe lançaram os alicerces da unidade nacional e da grandeza do Brasil assim como o Presidente Médici hoje completa essa integração física com a Transamazônica.

D. João VI veio com a família real para o Brasil e a partir dali o Brasil progrediu no sentido das idéias, lançando o fundamento da nossa cultura: abertura de portos, escolas, Banco do Brasil, o primeiro Jornal Oficial, o primeiro Jornal da Cultura, livrarias, missões científicas, tudo isso foram criações de D. João VI e que contribuíram para a maneira extraordinária para que se efetivasse a consciência nacional.

Muitas facções existiam, na época, com ameaça de confusões. Ali é que surgiu o gênio do político brasileiro, José de Andrada e Silva percebendo que se, porventura, tivéssemos uma República como era moda na Europa, poderia este País se transformar numa imensa quantidade de repúblicas. Então, ele influenciou o Príncipe D. Pedro para que a dinastia dos Braganças, unindo a sua tradição ao país novo, fundando aqui nova Monarquia, conservasse a unidade nacional e a integração da Pátria brasileira.

No dia 14 de junho de 1822 deu-se talvez, o fato mais importante para a efetivação da Independência. É chamada e conhecida como a Ata da Veração de Santo Amaro. Ali os representantes do povo, não apenas conspiravam mas fixavam normas de governo para o futuro governo. A aventura Ibérica se misturava à tenacidade do índio e à inquietação do mestiço. José Bonifácio preferiu a Monarquia para que se efetivasse a unidade nacional, unidade que foi garantida, mais tarde, por Feijó o "pulso de ferro", e os evangelizadores que percorreram este imenso país. Não levaram eles armas, levaram o coração aberto e a vontade de arrebatá-las as almas para Deus e para a Pátria nascente. Era o caminho da fé, o caminho de brasilidade que encontramos, mais tarde, em Tamandaré-Uruguaí quando viu um seu soldado morto, com a cabeça espetada num mastro. Ele intimou e quando recebeu ameaças de navios estrangeiros que estavam ali para que não bombardeasse a cidade, respondeu com toda a galhardia, como costume, acontecer galhardamente com o marinheiro brasileiro em todos os tempos: "Na defesa é na dignidade de minha Pátria não preciso receber ordens de ninguém. Tenho aqui balas suficientes não apenas para bombardear cidades, mas também para bombardear qualquer navio estrangeiro que tente obstaculizar minha atitude".

Esta mesma atitude que nós vimos em Antônio João, perdido com alguns soldados lá no Sul de Mato Grosso, vendo que era impossível enfrentar o inimigo resistiu heroicamente, com onze homens apenas, e colocou no seu peito esta frase: — "Sei que morro, mas o meu sangue e o sangue de meus companheiros servirão para impedir e para repelir os invasores de minha terra". Os próprios paraguaios, vendo aqueles cadáveres de heróis, ali, que resistiram até o último instante, perfilarão-se e prestaram homenagem aos valentes soldados brasileiros; valentia que nós vemos também no Dias Lopes conduzindo os soldados; de Ozório, que sempre aparecia, nos maiores

perigos, como o herói das lendas antigas; de Caxias, que não queria, que não desejava a sua Pátria esfacelada e por isso é chamado O Condestado da União Nacional — onde aparecia mazorca, onde havia discórdia, onde havia um levante, ali estava ele como político genial e como militar extraordinário, de visão extraordinária, a abafar os levantes; valentia verbal, disparando na frente das tropas com o rosto ferido à bala; e de Marcellio Dias esse marinheiro que parece até nem ter existido tanta é a sua glória — no instante da sua morte, quando era quase iminente a nossa derrota, Marcellio Dias já ferido, quase sem forças físicas arrasta-se para perto do mastro, agarra-se nas cordas da Bandeira Nacional e os seus instantes, últimos de sua vida, servem para ir arrastando a corda e, fazendo a Bandeira Nacional subir. Subindo a Bandeira Nacional, os outros navios de guerra sentiam que esse navio estava em plena luta, e a nossa batalha foi vencida.

As mulheres — quantas e quantas mulheres na História da Pátria:

Joana Angélica na História da Independência; Ana Quitéria, Ana Neri, Bárbara Heliodora, os nobres sentimentos de Marília, de Dirceu. Tantas e tantas mulheres que fizeram a nossa História, e repetiram o feito em 1964 quando saíram as ruas nos instantes mais dramáticos, desafiando o rosário, pedindo a Deus pela Pátria brasileira, pela família brasileira, enfrentando perigos e mostrando a coragem da mulher brasileira.

E Canabarro, meus caríssimos ouvintes, este valente que lutava na Revolução dos Farrapos, estava brigado com Sua Majestade O Imperador, mas os argentinos, pensando que poderiam ajudá-lo a separar o Rio Grande do Sul do Brasil, prometeram-lhe o envio de tropas, e Canabarro respondeu: — "Com o sangue do primeiro soldado estrangeiro que pisar o solo da minha Pátria, do Rio Grande do Sul, de minha terra, eu assinarei a paz com Sua Majestade O Imperador".

Alencar — José de Alencar! Os seus livros nos arrebataram, a todos, de simpatia pelos indígenas; Castro Alves, poderosa força de imaginação ardente como inspiração poética na abolição da escravatura; Gonçalves Dias — não é apenas o poeta de uma raça, mas, o profeta da nacionalidade que manteve em pé um povo que ama a sua liberdade; Fagundes Varela que fez a integração psicológica da Nação Brasileira; Casemiro de Abreu, a expressão dos serões familiares; Olavo Bilac o criador do serviço militar obrigatório, grande fator de unidade nacional de ontem e de hoje; Carlos Gomes, que em Campinas, recebendo gozação de seus colegas quando dizia que sempre quisera estudar música e respondendo que somente lhe faltava uma condução, os seus colegas lhe arrumaram um burro; eram 2,00 hs. da madrugada e ele, sem dizer uma palavra montou no burro e dirigiu-se ao Rio de Janeiro, apresentando-se ao Imperador. Foi estudar, fez-se músico e na Itália nos deu a grande glória baseada em José de Alencar, criou O Guarani. Carlos Gomes merece também o nosso respeito.

E os pintores... tantos pintores, taquígrafos inquietos dos anseios de nossa gente, estenógrafos geniais da paisagem brasileira; Vitor Meireles, Pedro Américo, Batista da Costa, Irineu Evangelista, Barão de Mauá, lutou, venceu, amou o Brasil, iluminou o Rio a gás, criou a primeira estrada-de-ferro, a navegação fluvial e o Banco Mauá!

Hoje o Governo da Revolução está na luta constante do desenvolvimento econômico, para que o Brasil seja livre e autônomo no caminho de seu destino e da sua grandeza. Vigindo a República a preocupação foi sempre a unidade nacional e assim se expressou o grande Floriano, que recebeu pedido de países estrangeiros para proteger os seus súditos, neste País, e, perguntado como receberia esta intimação — respondeu — como todo brasileiro deve responder em qualquer instante da vida dramática da Nação — "à bala!" Horácio de Castro, no Acre, proclamou a independência do Acre e gritou: "já proclamamos a independência do Território do Acre e dele só abriremos mão para o Brasil".

Rodríguez Alves, um gênio de Presidente, soube reunir em torno de si os grandes nomes da cultura, da ciência e, sobretudo, do amor ao Brasil. Foi assim que tivemos Oswaldo Cruz, o engenheiro Passos e Seabra criando a integração da Capital com o resto do Brasil, no campo da saúde.

O Barão do Rio Branco, o Consolidador da obra de Alexandre de Gusmão que tinha na relaguarda o estadista que era Ruy. E Ruy, em Haya, discutindo a sua doutrina da força do direito sobre o direito da força, que era a doutrina da dignidade das Nações, respondia a todos os apertes na língua de seus apertantes, ora em francês, ora em inglês, ora em italiano, ora em castelhano e a multidão que ali assistia, aplaudindo aquele homenzinho feio, pequenino, baixinho, perguntava, "quem é aquele homem?" E, com orgulho nosso, a gente ouvia e parecia que estamos ouvindo ainda, "é o representante do Brasil".

Euclides da Cunha falando aos bolivianos, preparada de propósito uma cena em que havia todas as bandeiras da América do Sul e não havia a bandeira do Brasil, Euclides da Cunha inicia suas palavras e olhando com tristeza aquelas bandeiras que ali estavam não encontrava a bandeira do Brasil, mas lá estava uma flor verde e amarela do Ipê, disse: "não estou vendo aqui neste canto a bandeira do Brasil, mas ela está lá, as cores verde e amarela dessa mesma bandeira que nos cobre e que está sempre presente em todos os instantes da vida nacional".

Estamos em 1972, comemorando o sesquicentenário. A semelhança de Caxias que foi um gênio militar e político no sentido exato do termo político, estadista político, de cultura política, de amor à Pátria, neste sentido de verdadeiro político, nós temos também Emílio Médici, que é político e que é militar, que é estadista, que tem a sensibilidade da realidade nacional, que sabe ler no livro aberto da vida nacional as verdades humanas essenciais, que promove a continuação da comunhão nacional, da integração física espiritual da terra brasileira.

Foram suas estas palavras: "venho como sempre fui, venho do campo, da fronteira, da família, venho do povo, venho da minha terra, do meu canto, voltando-me para o futuro. Pressinto sempre a maior contribuição brasileira para os destinos do mundo. Vejo a continuidade, a integração de nosso caminho de entendimento, de confiança e de fé".

E, por isso, está fazendo a integração do homem do campo e da cidade, da terra, para que todos se entendam, para que todos se amem, para que todos formem um só pensamento de unidade nacional e promovendo o progresso econômico, mas de uma maneira que o progresso econômico traga também o progresso do homem, como ser feito à imagem e semelhança de Deus, com corpo e alma e, por isso, com necessidades materiais e necessidades espirituais. Deus pôs ao Norte a terra brasileira gritando nas pororocas e pôs aqui no Sul, a raça brasileira gritando a totalidade racial da unidade social.

Agora é a história do presente e vamos ouvir, caríssimos ouvintes, e ouvir com mais força. O rumor dos passos é mais forte, porque são presentes.

Sob o comando do Presidente da República, o Presidente da integração nacional, aqui estamos, atentos ao passado, mas com os olhos jogados para o futuro em busca de nossa destinação histórica.

Aqui tivemos a contribuição de tantos elementos estrangeiros, de poloneses, de ucranianos, de alemães, de italianos, de japoneses e tantas e tantas raças que aqui estão. É interessante que aqui chegando eles sentem a atração da terra brasileira e se fazem brasileiros. Tão brasileiros como aqueles que aqui nascem.

Portugal, pensando em dilatar, o reino de Cristo, desviou dinheiro do comércio lucrativo das Índias e o empregou na construção de caravelas, na instrução dos marujos para descobrirem novas terras.

Em 1500 eramos uns poucos. Em 1822, quatro milhões e, como Deus costuma devolver em dobro o que lhe damos na terra, aqui está o Brasil do presente, com 8 milhões de quilômetros quadrados de terras e 100 milhões de habitantes.

E é interessante caríssimos ouvintes, que a gente vê pretos, brancos, amarelos, crianças, homens, velhos, todos unidos neste instante do sesquicentenário. Olhos azuis, cabelos loiros ao lado de morenos, cafuzos e todos, como que retribuindo os serviços que Portugal nos prestou, aqui estamos, unidos como um só homem, como um só pensamento, cantando, rezando e falando na terra de Camões. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por força de Resolução plenária unanimemente aprovada, sistematicamente realiza, às vésperas de todos os principais eventos históricos brasileiros, sessões comemorativas. E o faz, não apenas para dar atendimento a um mandamento legal, mas sim — e principalmente — no desempenho do que enten-

de ser um dever cívico indeclinável: — o de dar realce aos grandes feitos da nacionalidade, exaltando, em cada oportunidade, a atuação dos brasileiros por eles responsáveis.

O fato da presente solenidade integrar o ciclo de comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, autoriza a Assembléia a entender-se jubilosa, honrada e agradecida.

Para nós outros, Deputados paranaenses, foi sumamente feliz o ensejo de testemunharmos, perante tão distinguidas autoridades e tão seleta assistência, todo o nosso respeito e admiração pelos homens que, através dos tempos, tudo deram para alcançar e manter a independência do Brasil. Desde aqueles que, num passado longínquo a tudo enfrentaram para alargar as fronteiras e garantir-nos as dimensões continentais que temos, até aqueles que, a partir de março de 1.964, zelando pelo cumprimento da lei, assegurando a manutenção da ordem, banindo a corrupção, educando o povo, dando-lhe condições de saúde, ocupando os vazios territoriais e saneando a economia, delinearam e projetaram os contornos de um Brasil novo, respeitado, mais que nunca independente, não apenas um PAÍS GRANDE, mas também um GRANDE PAÍS.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná agradeço o comparecimento das ilustres autoridades militares, civis e eclesiásticas, e demais pessoas que se fizeram presentes a esta Sessão Solene, que declaro encerrada.

Levanta-se a Sessão.